

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.666.094 - RJ (2020/0038570-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : D Q M
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : J G M M (MENOR)
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS BERNARDO DA SILVA - RJ037453
REPR. POR : J C M M
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS BERNARDO DA SILVA - RJ037453
VINICIUS BERNARDO DA SILVA - RJ211645

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por D Q M, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado (grifos nossos):

APELAÇÃO CÍVEL. GUARDA DE MENOR COMPARTILHADA. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. 1) A guarda compartilhada significa mais prerrogativas a ambos os genitores, fazendo com que estejam presentes de forma mais intensa na vida dos filhos, com o objetivo de garantir, de forma efetiva, a permanência da vinculação mais estrita de ambos os pais na formação e educação do filho. 2) **Inexiste razão para se alterar o domicílio do menor, o qual sempre viveu sob os cuidados maternos, possuindo toda uma rotina construída ao longo de seus dez anos de vida, sendo que apenas esteve ao abrigo do lar paterno pelo período de uma semana, conforme admitido pelas partes por ocasião da audiência realizada em 26/09/2017, sendo certo, ademais, que as alegações do autor no sentido de que a genitora levaria uma vida instável são vagas e carecem de bases sérias para seu acatamento como obstáculo à permanência do pequeno com sua mãe.** 3) No caso, o estudo realizado durante o iter processual demonstra que os genitores são aptos ao exercício da guarda compartilhada, e que ambos vêm prestando ao filho toda assistência necessária, material e afetiva. 4) **Ademais, extrai-se da atenta leitura da sentença que a ampliação da convivência familiar paterna se encontra estabelecida para além das visitas nos finais de semanas alternados e datas festivas,** relegando ao bom senso e à civilidade dos pais a definição da participação e responsabilidade de cada um deles na rotina da criança, como forma mais efetiva de se assegurar a simetria e a estabilidade dos papéis parentais, bem como de minimizar os malefícios ao filho que porventura possam advir de uma regulamentação minuciosa das visitas, com a definição de dias e horários e a previsão de sanções para o caso de inadimplemento. 5) Recurso ao qual se nega provimento (fls. 244/245).

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 1.584 do CC, atinente à concessão da guarda do menor ao ora Recorrente, trazendo o seguinte argumento:

Fato é que, no caso em tela, ao Recorrente reúne as condições necessárias para criar e educar seu filho, não havendo qualquer fato que desabone sua conduta, devendo, portanto, ser lhe deferida a guarda, ao menos compartilhada, nos termos do artigo 1584 do Código Civil (fls. 277).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos (grifos nossos):

Convicto na capacidade dos genitores de conjugar esforços para o bem estar do menor, estabeleceu o juiz a quo a guarda compartilhada, distribuindo, porém, o convívio da seguinte forma:

"a) quinzenalmente, iniciando-se às quintas-feiras, no horário de salda do colégio, até os domingos, às 18:00 horas, quando então o menor deverá ser entregue na residência materna;

b) nos Natais (25112) dos anos pares, até às 21:00 horas;

c) nas festividades de Ano Novo (01101), nos anos ímpares, até às 21:00 horas;

d) nos Dias dos Pais e nos dias de aniversário do pai, e e) nos dias de aniversário do menor, nos anos pares, de modo a emendar com o Ano Novo, na medida em que ele aniversaria em 02 de janeiro.

De fato, inexistente razão para se alterar o domicílio do menor, o qual sempre viveu sob os cuidados maternos, possuindo toda uma rotina construída ao longo de seus dez anos de vida, sendo que apenas esteve ao abrigo do lar paterno pelo período de uma semana, conforme admitido pelas partes por ocasião da audiência realizada em 26/09/2017(fl. 158 - indexador 000185). Além disso, as alegações do recorrente constantes da inicial no sentido de que a recorrida levaria uma vida instável são vagas e carecem de bases sérias para seu acatamento como obstáculo à permanência do pequeno com sua mãe.

Por outro lado, embora a rápida leitura da sentença possa levar o leitor incauto à compreensão de que a visitação nos moldes fixados na sentença não se ajusta ao modelo da guarda compartilhada ao qual faz referência o próprio julgado (fl. 167 - indexador 000193), vez que, ao fixá-la, o sentenciante de piso estabeleceu que o genitor poderá estar com o menor quinzenalmente, em contrariedade à sugestão do estudo social, o que em nada contribuiria para o estreitamento dos laços afetivos entre pai e filho, **observe-se que, na verdade, o magistrado a quo ocupou-se de regular apenas a distribuição da convivência dos genitores com o filho nas datas de lazer e de festividades, porque, no seu entendimento, "a genitora parece compreender melhor a necessidade e importância de uma participação equilibrada de ambos os genitores na criação do filho, admitindo que seja estabelecido um regime de ampla visitação paterna"**.

[...]

Nessa perspectiva, extrai-se que a ampliação da convivência

familiar paterna se encontra estabelecida na sentença para além das visitas nos finais de semanas alternados e datas festivas, relegando ao bom senso e à civilidade dos pais a definição da participação e responsabilidade de cada um deles na rotina da criança, como forma mais efetiva de se assegurar a simetria e a estabilidade dos papéis parentais, bem como de minimizar os malefícios ao filho que porventura possam advir de uma regulamentação minuciosa das visitas, com a definição de dias e horários e a previsão de sanções para o caso de inadimplemento.

Nesse diapasão, **à luz dos fatos e do conjunto probatório, deve a sentença recorrida ser mantida, por acomodar-se ao princípio da prevalência do melhor interesse da criança e do adolescente** (fls. 247).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente